



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

NOVEMBRO DE 1994
Nº 71

Avaliação da Petrobrás

A AEPET encaminhou para a imprensa dois documentos rebatendo as informações sobre a auditoria do Governo Federal na Petrobrás. Alguns jornais entrevistaram nossos diretores após o envio de nosso material. Ao mesmo tempo, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, e o diretor de Comunicações, Argemiro Pertence, estiveram na Rádio Roquete Pinto debatendo, durante 2 horas, os resultados da auditoria. O presidente da AEPET, acompanhado do diretor José Conrado, esteve com o Ministro das Minas e Energia, Delcídio Gomez, a convite deste, no último dia 3, para debater a auditoria da Petrobrás.

Comunicação com ruído



É muito pouco provável que o Ministro das Minas e Energia tenha feito afirmações tão equivocadas ao ensejo da divulgação do relatório da auditoria levada a efeito nas atividades da Petrobrás, empresa sob seu

controle direto, conforme noticiado pela imprensa nos últimos dias.

Não é plausível acreditar que o Ministro tenha dito que a Petrobrás produz petróleo no Brasil a US\$ 6,53/barril e o venda ao consumidor por US\$ 44,43/barril, "auferindo daí vultosos lucros".

O Ministro sabe que a Petrobrás não vende combustíveis ao consumidor. Ela vende para as distribuidoras e estas vendem aos postos revendedores. Nos postos é que o consumidor compra os combustíveis.

Estamos acostumados a nos deparar com dados falsos ou manipulados produzidos pelos inimigos da Petrobrás. Porém, nos recusamos a acreditar que o Ministro das Minas e Energia, que recebe da Petrobrás dezenas de relatórios por mês (são 432 relatórios enviados ao Governo) possa incorrer em tantos equívocos.

Com certeza o Ministro conhece os números verdadeiros. Sabe S. Exa. que o custo do petróleo produzido pela Petrobrás é de US\$ 14,32/barril, conforme constatado pela auditoria independente Ernst & Young. Sabe, tam-

bém, o Ministro que o preço de venda da Petrobrás é de US\$ 17,59/barril, pois este é fixado pelo Governo.

Para se chegar aos US\$ 44,43/barril, temos uma diferença de US\$ 26,84/barril, a qual, de forma alguma, fica com a Petrobrás. Nesta diferença incluem-se US\$ 6,40/barril para as distribuidoras; US\$ 4,44/barril para as revendedoras e US\$ 16/barril são impostos.

À Petrobrás cabe apenas a diferença entre o preço de venda (US\$ 17,59) e o custo de produção (US\$ 14,32), ou seja, US\$ 3,27/barril para cobrir todas as suas despesas e investimentos.

O que o relatório não diz é que as distribuidoras, que exercem uma atividade meramente comercial, portanto de menor risco, recebem sete vezes mais que as distribuidoras americanas que fazem trabalho similar. Recebem duas vezes mais que a margem da Petrobrás, cujos riscos são imensos com exploração, pesquisa, refino e transporte de petróleo e derivados em todo território nacional.

O Ministro sabe que isto é um absurdo. Sabe, também, que é necessário alterar profundamente a atual estrutura de preços dos combustíveis, remunerando melhor a que mais trabalha, investe e corre riscos. Com esta providência os preços dos combustíveis poderão ser reduzidos, beneficiando toda a Sociedade. Por isto, a AEPET prefere acreditar que houve ruído na comunicação entre o Ministro e a imprensa.

Diretoria da AEPET



Auditoria

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) vê graves falhas na conclusão do relatório da auditoria feita nas contas da Petrobrás.

A primeira grave falha é a conclusão dos auditores de que, se a Petrobrás reduzir os seus investimentos e desenvolver parcerias com a iniciativa privada, o preço da gasolina pode ser reduzido em 6,7%. Com a redução do preço, quem remunerará os investimentos da iniciativa privada nas parcerias com a Petrobrás?

A segunda grave falha do relatório é a tentativa de sugerir que o preço da gasolina, no Brasil, é muito caro, por causa dos investimentos da Petrobrás. Acontece que a Petrobrás não vende diretamente para o consumidor. Vende para as distribuidoras, que vendem para os postos, que, por sua vez, vendem para os consumidores.

Atualmente, o consumidor paga, por litro de gasolina, o equivalente a US\$ 0,60. Para saber quem está encarecendo o preço é fundamental identificar a destinação de cada centavo de real dispendido pelo consumidor na compra de um litro de gasolina. E isto não se consegue auditando apenas as contas da Petrobrás, mas radiografando todo o sistema de comercialização - desde o refinador até o consumidor.

Assim, dos US\$ 0,60 dispendidos na compra de 1 litro de gasolina, nove centavos de dólar, US\$ 0,09 (15% do preço ao consumidor), são destinados a subsidiar os consumidores de gás de cozinha (GLP) e os felizes proprietários privados da indústria petroquímica, que pagam pela nafta um preço 30% inferior ao do mercado internacional (um subsídio de mais de US\$ 300 milhões por ano) e, nem por isso, os produtos petroquímicos deixaram de ser aumentados acima da inflação. Seis

centavos de dólar, US\$ 0,06 (10% do preço ao consumidor) - são destinados a subsidiar a produção de álcool. Logo, enquanto no Brasil 25% do preço da gasolina se destinam a subsidiar outros produtos, nos EUA não há subsídio.

Vinte e dois centavos de dólar, US\$ 0,22 (36% do preço ao consumidor), são impostos governamentais - Federal, Estadual e Municipal - (nos EUA os impostos são 25% do preço - 11 pontos percentuais a menos que no Brasil).

Seis centavos de dólar, US\$ 0,06 (10% do preço), são para remunerar os proprietários de postos (nos EUA recebem 6% - 5 pontos percentuais a menos que no Brasil).

Oito centavos de dólar, US\$ 0,08 (14% do preço), são para remunerar as distribuidoras (nos EUA recebem 1,8% - 12,2 pontos percentuais a menos que no Brasil).

A soma das parcelas destinadas ao Governo, às distribuidoras, aos revendedores e aos subsídios totalizam US\$ 0,51. Como, no Brasil, o litro de gasolina custa o equivalente a US\$ 0,60, sobram para a Petrobrás US\$ 0,09 (14% do preço ao consumidor; nos EUA o refinador recebe 67%).

A Diretoria da AEPET argumenta que, com exceção dos EUA, em todos os países do Primeiro Mundo, como, por exemplo, Japão, Suécia, França, Inglaterra, Áustria, Suíça, Alemanha, Itália, Dinamarca, Espanha, etc., os consumidores pagam por litro de gasolina um preço bastante superior ao preço pago pelo consumidor brasileiro.

Aqui mesmo, na América Latina, podemos citar o exemplo da vizinha Argentina - onde o consumidor paga por litro de gasolina o equivalente a US\$ 0,78 - um preço 30% mais caro que o pago no Brasil. Por outro lado, o consumidor norte-americano paga por litro de gasolina

US\$ 0,30 - um preço 50% inferior ao pago pelo consumidor brasileiro. Porém, nos EUA, o refinador recebe 67% do preço ao consumidor, ou seja, US\$ 0,20 (67% de US\$ 0,30) - mais de duas vezes o que recebe a Petrobrás (US\$ 0,09).

A verdadeira dança dos números mostra que não é culpa dos investimentos da Petrobrás o consumidor brasileiro pagar, por litro de gasolina, o dobro do que paga o consumidor norte-americano, mas sim de uma estrutura de preços que remunera indevidamente os segmentos atuantes na comercialização dos combustíveis.

É uma tolice, é uma sandice pensar que parcerias da Petrobrás com a iniciativa privada resultarão em redução do preço da gasolina. Afinal, em qualquer parte do mundo, e isto é absolutamente normal, a principal preocupação da iniciativa privada não é com a redução de preços, mas sim com o lucro e quanto maior melhor. O exemplo recente que pode ser apontado é o projeto de construção do gasoduto Brasil/Bolívia que, devido à baixa remuneração do capital investido, apresenta dificuldades para encontrar parceiros privados dispostos a participarem do empreendimento.

Na verdade, com a redução nos preços, na forma como proposto no relatório da auditoria feita na Petrobrás, não haverá como remunerar adequadamente o capital da iniciativa privada em parcerias com a Petrobrás. E, além disso, enfraquecerá a empresa financeiramente, obrigando-a a reduzir os seus investimentos em prospecção e produção de petróleo. A consequência: os preços, desgracadamente, subirão!

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás insiste que a solução consistente para reduzir os preços dos combustíveis derivados de petróleo, no Brasil, é a adoção de uma estrutura de preços de Primeiro Mundo como, por exemplo, a dos EUA.

■ Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ

Cep: 20031-000 - Tel.: 220-4774

■ Boletim da AEPET ■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Graphis Comunicação & Design Ltda - Tel.: 220-2566/240-4395